

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA
NACIONAL DE
CIÊNCIA E
TECNOLOGIA
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o
Desenvolvimento Sustentável



INSTITUTO
FEDERAL
Santa Catarina
Câmpus
Caçador



Ano 2020



REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA
NACIONAL DE
CIÊNCIA E
TECNOLOGIA
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o
Desenvolvimento Sustentável


**INSTITUTO
FEDERAL**
Santa Catarina
Câmpus
Caçador


Atena
Editora
Ano 2020


**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL


CNPq

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Eduardo do Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R314 Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia [recurso eletrônico] / Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-244-9
DOI 10.22533/at.ed.449200308

1. Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado.
2. Educação. 3. Ciência. 4. Tecnologia. I. Nascimento, Eduardo do.
CDD 370.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

CONTESTADO TEMPO PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Com os avanços da informatização e das redes de recursos externos, os territórios estão cada vez mais conectados. Com uma necessidade cada vez mais evidente de trabalho em rede e em conjunto, os pesquisadores e demais profissionais direcionam seus estudos e trabalhos para uma perspectiva cada vez mais unida e com fortes contribuições ao meio onde estão inseridos.

Nem sempre houve interesse em conectar as vivências do interior, a comunicação e seus processos tradicionais que se revelam essenciais à vida humana. De uns tempos para cá o interior ganhou voz e hoje se tecem diálogos, que nos parecem cada vez mais necessários, por intensificarem o acesso a práticas capazes de alterar as reduções das desigualdades em espaços antes nunca visitados sejam pelas iniciativas privadas ou públicas. No arcabouço geral da teoria da trílice-hélice, um movimento que engrena governo, universidade e empresa, há um desenho essencial para compreensão desta formação de capital, especialmente social, no bojo de uma estrutura necessitada de acesso, considerando a sociedade como base do modelo.

Mais que o capital meramente gerado em torno de uma exploração de mão de obra, é preciso colocar no cerne da questão a sociedade. Esta, sendo uma das beneficiárias das práticas de interiorização. Há de se dizer, e parece não ser exagerada essa visão, que a interiorização da rede federal de educação, ciência e tecnologia, para educação profissional e tecnológica, corrobora com essa interpretação.

Iniciada nos idos dos anos 2007, a interiorização torna-se uma pauta desenvolvimentista pelo governo Lula, sendo dali em diante um estopim de processos expansionistas e de interiorização seja pelo ensino superior com o REUNI (programa de reestruturação universitária, ou pelos programas de expansão da rede federal). Antes o acesso às universidades e institutos federais, antes conhecidos como CEFETs, se dava apenas em grandes centros e especialmente os inseridos nas regiões litorâneas, temos que nesse instante, novos rumos são levados a instalar campus em regiões com potencial de desenvolvimento e com alto índice de desigualdades.

Diante dessa celeuma, nota-se que a região do contestado se enquadra nesse quesito, especialmente quando observados alguns números pertinentes. Estes números expressados pelos indicadores adotados pelo governo do estado em seu programa de redução de desigualdades em 2016, ajuda a entender essa preocupação com o desenvolvimento local da região contestada.

Nesta seara, ainda mais intensa e preocupante, são os indicadores de violência, baixa escolaridade e acessibilidade em Caçador e demais municípios pertencentes a região central do contestado. Nisto vê-se que o processo de exclusão e silenciamento iniciado ainda quando da guerra, não se encerrou. O capital regional se concentra em poucas mãos, os salários são baixos e a exploração da mão de obra continua a todo o vapor. Tudo

isso ainda com cara de meritocracia, quando os serviços básicos de assistência e saúde sequer são prestados em essência para a comunidade local.

Diante desta pobreza, inclusive cultural, remontam às necessidades de entender as desigualdades no contexto do Contestado. Essa lacuna mais que exacerbada diante destes documentos e estudos, revelam ainda que a falta de acesso não só na educação, reflete também na cultura e seus processos formativos de sociedade. Historicamente, os cinemas da cidade viraram lojas de departamento. Não há um teatro local adequado e público formado para consumir estes produtos. Os espaços para artistas e demais entusiastas são quase nulos. Um processo de resistência com o tempo e com a cidade se desenha quando deste acesso: inexistente, porém não nulo, pois as paredes e muros da cidade reverberam este pensar.

Essa observação corrobora com o contexto das propostas que se ensaiam e se concretizam desde 2018 o Contestado. Com a instalação de campi tanto do IFSC quanto do IFC, além de um da UFSC em Curitiba, revelam da importância do contestado para práticas de educação, e seus efeitos de extensão e pesquisa. No entanto, essas instituições até então não conversavam, nem se conheciam de forma efetiva. Assim, atividades em rede praticamente eram inexistentes.

Com os cortes que atingem a educação de forma sistemática este processo de fala e comunicação, também se encontrava defasada e até mesmo desanimada em razão das dificuldades orçamentárias em torno da questão. Em 2018, um grupo de entusiastas capitaneados pelos servidores Letissia Crestani, museóloga do museu do contestado, do professor Júlio Corrente, da área de história e então coordenador do museu e da Cristiane Dobner, assessora da secretaria de desenvolvimento econômico de Caçador, tomaram por decisão propor às agências de fomento um plano de eventos.

Esses servidores públicos, somados a este autor, submeteram ao CNPq um pedido de recursos públicos para eventos de popularização da ciência no edital da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, em 2018. Naquela oportunidade o texto desenvolvido, trabalhou a perspectiva da redução das desigualdades com uma grande contextualização de um temário emergente regional. Diante daquela oportunidade se desenhou os eventos de 2018, 2019 e 2020, consolidando uma rede de parceiros que agora conversa e dialoga em prol do desenvolvimento científico e tecnológico regional, sendo mais uma frente de discussões e debates que as instituições de ensino puxam na região.

Já em 2019, o grupo toma corpo com pesquisadores de renome e de caminhada científica para contribuir com essa popularização da ciência no contestado. Eduardo do Nascimento, doutor em engenharia de materiais, assume o comando conectando ao saber da academia, já excelentemente construído por Letissia Crestani, e as necessidades populares com as ideias de uma rede de desenvolvimento sustentável, e com construções de espaços multifacetados que integram o saber acadêmico e as emergências sociais enxergadas no contestado.

Em 2020, a ideia de um congresso do contestado, um segundo congresso aliás, se alinha às realidades dos IFs do interior. Sem tantos eventos e reuniões de popularização

do saber, constrói-se uma segunda edição do evento. O primeiro realizado em junho de 2019, concentrou um viés histórico e geográfico onde se concentram muitos estudos do contestado, mas abriu para discutir o hoje, o que fazemos aqui o que construímos no território. Um congresso com ar de produção local, e com o ouvir e o dizer dos caboclos e entusiastas ainda remanescentes de um contestado ávido por oportunidades.

Quando construída a agenda da proposta em 2018, a ideia nasceu de um sentimento de abandono da administração municipal que até então manifestava e organizava as iniciativas em relação a semana do contestado em Caçador. Nesta oportunidade, houve um desinteresse pelas autoridades públicas para realizarem os eventos. Nisso a comunidade, manifestada por líderes de movimentos e encampando a bandeira cabocla, solicitou os recursos ao CNPq para transformar em ciência o saber e o conhecimento popular, vez que os estudos e pesquisas em torno do contestado são imensos.

Neste ambiente, a semana do contestado toma um formato popular, encabeçado pela Prefeitura de Caçador, Museu do Contestado e o Instituto Federal de Santa Catarina, campus Caçador. A municipalidade manifestada pela Câmara Municipal de Caçador, da qual tinha um papel de também auxiliar a chamar a Semana do Contestado, edita alteração legislativa da qual sai das responsáveis pela organização do evento.

Dessa forma o evento passa a ser um compromisso apenas da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, da qual disponibilizou a estrutura de servidores e espaços para a realização dos eventos em rede. Eram os primeiros sinais de uma construção coletiva popular para as atividades, mas também pela própria propositura de uma agenda de continuidade em torno de uma proposta de que os eventos em torno do contestado não deveriam por concentrar apenas na semana do contestado, um sentimento anterior também exarado em outras oportunidades, mas por todo o tempo como identidade local.

Com isso nasce a propositura da ação em que se congrega a temática: Semana do Contestado: Um Olhar Científico na História de um Povo. O município de Caçador, bem como os municípios de Irani, Lebon Régis, Calmon, Matos Costa, Curitiba, Campos Novos, Rio das Antas, Videira, Fraiburgo, Santa Cecília e Timbó Grande, são localizados no meio oeste catarinense e fazem parte da região do Contestado, região que historicamente foi palco de um conflito que quase dizimou a população e concentrou a riqueza na mão de poucos, por isso é uma das cidades mais pobres do estado. Donald Schuler, na obra Império Caboclo, destaca a importância do Contestado, em seu texto vê-se, mesmo que literário, revela a amplitude do conflito, como sendo mais importante do que a semana de arte moderna, dez anos mais tarde.

Aliado a esses fatores históricos, os investimentos públicos também privilegiavam as regiões litorâneas e demoraram muito na sua interiorização, deixando a região com décadas de atraso. A ciência, a chegada de tecnologias, arte e cultura, por exemplo, foram as mais sacrificadas nesse processo. Nesta celeuma, percebe-se que grande parte da população de Caçador é de famílias carentes que tem como principal fonte de renda o trabalho assalariado nas indústrias da cidade. Isso ainda não mudou, porém alguns aspectos culturais, especialmente pelas autoridades públicas se revelam.

Ainda em 2018, destacamos enquanto equipe proponente, que a grande maioria da população não só de Caçador, mas de todo o corredor do Contestado, não possui acesso à cultura, noções de ciência e tecnologia. A maioria nunca sequer assistiu uma peça teatral, ou visitou algum museu, ou ainda têm noção das tecnologias regionais, da ciência popular, de que é possível fomentar hortas comunitárias nas escolas, ou tantas outras possibilidades científicas simples para melhorar o dia-a-dia do cidadão, especialmente os mais carentes. Desta maneira, dar visão a estrutura social e com isso realizar a “Semana do Contestado: um olhar científico para a história de um povo”, é uma forma de democratizar o acesso à arte, a cultura, a ciência, a tecnologia levando entretenimento, informação e conhecimento para a comunidade.

Por isso, projetos permanentes que visem empoderar as pessoas da região mais pobre de Santa Catarina fazem-se necessários para que a comunidade possa se desenvolver nessas áreas. É evidente investir no protagonismo da comunidade em fomentar novos movimentos culturais, de pesquisa científica, de conhecimentos agroecológicos, de ciência para atividades populares, de noções de agronomia, de ervas medicinais, de modo democrático e aberta. Essas ações visam conceder a comunidade um poder em que se reconheçam como detentoras de saber, livrando-os de intempéries que as condições de risco, porventura, possam ocasionar, isto pela democratização do acesso à ciência e tecnologia, além é claro, da educação, cultura e arte.

Dessa forma, a proposta visou e contemplou a região do contestado com um evento de abrangência regional e até nacional pela amplitude que foi o conflito, pela memória do povo, pela propositura de uma agenda de reconhecimento e empoderamento regional de modo a oportunizar mais acesso e oportunidades aos jovens, estudantes e toda a comunidade regional, pela ciência e tecnologia.

Assim, na semana proposta, houve atividades como, fomento de banners sobre a história do contestado no museu da cidade, de modo a construir a primeira semana acadêmica do contestado em forma de seminário, que depois cresceu e virou um grandioso congresso, em que os acadêmicos compartilharam e debateram seus estudos sobre o tema, junto da comunidade. A arte possui um papel íntimo na proposta deste texto, vez que dialoga intimamente com a cultura e cientificidade do conhecimento popular como espaço na universidade, mas no caso em tela, do instituto federal e também dos espaços públicos de guarda da identidade e história local.

Desta monta, fomentar a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pôde resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes tiveram, houve um despertar e um aprimorar dos seus conhecimentos na área, a ampliar as suas atuais possibilidades. Mais que uma semana de conhecimento científico, foi um convite a revisitar a própria identidade do povo caboclo.

É importante ressaltar que a atividade buscou articular os conhecimentos e a

indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas áreas que foram demandadas pela comunidade do local e pelas possibilidades das instituições parceiras de atender a esses pedidos. As atividades tiveram forte cunho de extensão porque o evento foi realizado nas comunidades das regiões e cidades parceiras incluindo atividades em bairros chave, como o bairro Martello, o mais populoso do município de Caçador, cerca de 13 mil habitantes, segundo o Censo 2010, onde hoje se encontra em maioria o caboclo moderno.

Desta maneira, como a realização do evento, tivemos bastante êxito em estimular a divulgação científica das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, visto que a história e o direito, por exemplo, foram bastante exacerbados durante este evento, através de publicações e afins. Vale salientar que o conhecimento de um contestado atual perpassa para o conhecimento aqui gerado, vez que as instituições locais geram ciência e aprendizado e mesmo com uma globalização e mais conectividade entre as pessoas, ainda é dificultosa essa partilha com estudantes e pesquisadores no interior.

Desta monta, o evento fomentado em que de fato houve a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Nessas ações, insta mencionar o laboratório de costura do IFSC, fora do câmpus, com a ideia maior de popularizar o acesso a formação e a ciência em comunidades carentes de Caçador.

Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pode resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes terão, poderão desejar aprimorar os seus conhecimentos na área ampliar as suas atuais possibilidades. Programas como mulheres sim, e formações de extensão enquanto receptivo às demandas dos gargalos sociais existentes, são muito essenciais para a redução de desigualdades no corredor.

Desta maneira, com o benefício financeiro do projeto, foi possível estimular a geração de conteúdos e o compartilhamento de experiências de divulgação e popularização da ciência, como ferramentas de ensino formal e não formal (material impresso, brinquedos educativos, experimentos, jogos, vídeos, softwares, aplicativos), especialmente no primeiro congresso nacional do contestado, realizado em junho de 2019.

Ainda no âmbito das instituições de ensino e de outros organismos científico-culturais, tal como as hortas comunitárias em escolas modelos da região, a limpeza de uma determinada região carente da cidade pela comunidade, conhecido regionalmente como “puxirão”, celebrando a importância e celebração regional dos aspectos científicos e populares, viabilizando uma horta e jardim sensorial com base no conhecimento caboclo local visando uma popularização e interiorização da ciência, também foram realizados.

Em 2019 não é exagero dizer que houve um dos maiores eventos de popularização da ciência no corredor do Contestado: o Primeiro Congresso do Contestado. Este evento construído entre as paredes do IFSC e do IFC, transbordou e foi para as comunidades como acesso e popularização da ciência. Construído durante um ano, o congresso sai

do comum cientificamente dizendo, e vai para uma realidade de Instituto Federal, com apresentação do método e das práticas de pesquisa para alunos de ensino médio, estes como protagonistas do fazer ciência.

O papel do IFC através de seu Núcleo de Estudos do Contestado, é exemplar. A agenda proposta pelo grupo se pauta e muito nas necessidades locais. Quando falo das dificuldades de dialogar entre as instituições o IFC nos ensina que pela extensão é um caminho exemplar a seguir. O IFC ajudou a desenhar não só o congresso do contestado, mas a IV Semana do Contestado de Caçador, transformando a ação em um evento de caráter regional e estadual, como objetivava os recursos da chamada. A UNOESC também possui um papel nesta popularização evidenciado pelo trabalho e companheirismos de membros da equipe que abraçaram a causa, junto da UFSC e tantas outras instituições parceiras dos eventos.

Mais uma semana do contestado se constrói com as pessoas, vez que como dito anteriormente, esse foi um importante passo para a reunião de pessoas em torno da comunidade. Em 2019, a temática foi de meio ambiente, e sua preservação, em que muitos ensinamentos e afins se pautaram a ponto de revisitar conhecimentos populares e demais estruturas necessárias da comunidade. Para 2020, havia ações em rede e sistêmicas, como ciclo de oficinas e atividades extramuros, porém devido a cenário da pandemia, todas essas ações restaram prejudicadas em continuidade. Muito mais que uma relação meramente acadêmica, essas oficinas certamente mexeriam com o imaginário e o conhecimento popular, conectando a ciência com as ações e práticas para redução das desigualdades.

Para onde rumamos na continuidade, para este pensar de redução de desigualdades no contestado? Certamente o interesse deve ser muito além do que uma mera agenda, e sim um convite a comunidade a expressar anseios e vontades. O IF, é uma escola, como qualquer outra, com a estrutura adequada para cursos e formação profissional e tecnológica. No entanto, é no âmago de suas propostas legais que residem esse encontro: o de fomentar ações e cursos capazes de desenharem uma estrutura que esteja em acordo com os anseios locais.

Tem sido uma missão dificultosa a de construir uma agenda nesse sentido no Contestado, mas não pensamos em desistir nesse momento. Buscar agregar aqueles que se identificam com a causa, e com as temáticas que reduzem desigualdades, é um importante passo a ser consolidado nas agendas de relações e contatos seja da administração e afins.

Como disse um autor, o contestado continua lá e aqui. Portanto é preciso olhar para essas incongruências históricas e construir a partir daí uma relação íntima com o desenvolvimento. Esse desenvolvimento está longe da visão gourmet de inovação ou desse desenvolvimento pelo capital. A partir daí se discute uma inovação social que remonta a necessidade de reconhecer saberes e competências e que dessa forma trata de gerar identidade àqueles desprovidos de capital e esperança.

Essa é a função dos IFs na redução das desigualdades, uma delas aliás. Dito isso devem se somar a essa luta todos aqueles que veem alguma coisa disforme na sua

comunidade e em si mesmo. Com isso fica o convite a reflexão de construir uma região, uma cidade, um bairro, uma comunidade em que estamos inseridos, e o papel transformador individual somado os grupos, revela uma máxima: juntos podemos.

O Contestado vive e nós, que vivemos nele, dele, sigamos juntos pela redução das desigualdades.

Este livro é uma coletânea de artigos científicos e relatos de projetos produzidos recentemente pelos pesquisadores das instituições públicas que formam a Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado e colaboradores. Esta rede visa a ampla divulgação e popularização da ciência. Os textos deste livro entremeiam um debate interdisciplinar, de forma a reconfigurar narrativas sobre o espaço cultural, sócio-ambiental e histórico-geográfico do Contestado. A emergência destes estudos e ações, que trazem diversas linhas de abordagens dos processos que se configuraram neste território, são fundamentais para romper com a invisibilidade e o abandono da cultura cabocla. Os 21 capítulos proposto mostram o desenvolvimento regional das ciências aplicadas, da educação e das políticas públicas, sobretudo, enfatizam os aspectos culturais e conflitos que permeiam o Contestado. Por fim, este livro pretende atender a demanda por leituras sobre o contexto atual de pesquisa e extensão na região do Contestado. Agradeço imensamente pela sensibilidade da artista Maní e pela aquarela “Maria Rosa do Contestado” que ilustra a capa deste livro.

William Douglas Gomes Peres (IFSC/Caçador)

PREFÁCIO

Márcia Janete Espig
(UFPel/Pelotas)

Márcia Elisabete Schüler
(IFC/Videira)

O CONTESTADO VIVE! A FORMAÇÃO DE UMA NOVA IRMANDADE CABOCLA

O movimento do Contestado, guerra civil que incendiou um vasto território localizado entre os estados de Santa Catarina e Paraná, foi um acontecimento histórico sangrento, marcante, traumático. Traumático, sobretudo, para a população pobre que nele lutou, muitas vezes descrita como população cabocla. Quando falamos sobre os caboclos do Contestado, não nos referimos à cor de pele, a uma etnia ou a grupos humanos miscigenados, mas queremos significar o termo “caboclo” para a descrição de indivíduos que possuem um tronco cultural em comum. Mais do que um tipo físico, um tipo cultural. E no caso da região Contestada, pensamos o caboclo imerso em uma cultura de profunda devoção religiosa; de crença em São João Maria; de respeito pela natureza; de acolhimento; de fortes laços comunitários. Parte dos migrantes vindos de outras regiões do país, ou mesmo imigrantes, “acaboclarão-se”, ou seja, vivenciaram e tomaram para si esse modo de ser e de viver. Uma vida simples, mas bela em muitos de seus preceitos. Através desse modo de pensar, durante a Guerra uniram-se em fraternidade e comunidade, em torno da Santa Religião, onde todos eram “irmãos e irmãs” e onde “quem tem mói, e quem não tem mói também”. Naquele momento de conflito, essa forma de pensar o mundo não foi bem aceita por uma cultura elitista e urbana, tendo sido descrita de maneira preconceituosa através de jornais e outras narrativas.

Os primeiros julgamentos vieram logo após sua primeira reunião em Taquaruçu, junto ao Monge José Maria. O jornal Folha do Comércio, de Florianópolis, em setembro de 1912, considerava que a junção dos sertanejos seria produto de sua extrema “ignorância”, causada pela “falta de escolas” e “abandono”. Essa forma de pensar aparece em muitos periódicos, sendo os caboclos continuamente avaliados. Nesse primeiro momento, a principal acusação é a de ignorância ou, como diziam alguns, “falta de cultura”, ou inclusive “espíritos atrasados”.

Os epítetos preconceituosos permaneceram e se ampliaram à medida que a Guerra evoluiu. Aquele primeiro momento, de reunião e comunhão fraterna, evoluiu para uma postura de autodefesa, primeiramente na Batalha do Irani, e posteriormente nas Cidades Santas, que passaram a se organizar no final de 1913. Os ataques por parte das forças oficiais, constituídas pelas Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina, pelo Exército Nacional e por vaqueanos ligados aos coronéis da região, dizimaram mulheres, crianças e idosos, gerando a revolta dos caboclos, personagens historicamente espoliados pelo

sistema capitalista que se impunha.

A partir desses acontecimentos, e da reação às inúmeras violências sofridas, o sertanejo passou a ser avaliado mais duramente e os adjetivos passaram a ser mais cruéis. O mesmo jornal anteriormente citado, em dezembro de 1914 vai chamar os rebeldes de “bandidos” e “salteadores vulgares”. Aliás, “bandidos” e “jagunços” são dois dos termos mais comuns para descrevê-los, e repetem-se em inúmeras fontes históricas que falam sobre o Movimento. Além dos jornais, podemos citar livros escritos por militares que participaram da repressão e que usam termos semelhantes.

Para se ter uma ideia, o primeiro tenente Herculano Teixeira d’Assumpção, que chegou à região em 1915, afirmou que os moradores locais eram pouco trabalhadores, além de bárbaros, selvagens, bandidos, chegando a chamá-los de “monstros”. Em livro publicado em 1917, afirmou que ali vivia “[...] uma população numerosa, sem o mínimo resquício de sentimento humano...” O mesmo tom foi empregado em documentos produzidos no calor da hora, tais como Autos de Perguntas e Inquéritos realizados com rebeldes capturados ou que se apresentaram às forças legais. Nessa documentação, foram chamados de “tipos torpes, bandidos e gatunos”, bem como “vagabundos da pior espécie”. Termos semelhantes são encontrados em outros materiais, tais como relatórios ou partes de combates. Facínoras, jagunços, bandidos, alucinados, hediondos... Termos fortes e injustos, ao descrever uma população que estava a defender seu chão, sua família e sua cultura.

Por muito tempo, essa terminologia persistiu em boa parte dos livros produzidos sobre o Contestado. Até os dias de hoje, eventualmente encontramos obras que tratam os rebeldes por “jagunços” ou, o que é mais comum, por “fanáticos”. Dentro da maior parte das obras acadêmicas, contudo, esses termos não somente foram abandonados, mas também criticados. Hoje, não faz sentido tratar os caboclos ou sertanejos do Contestado por palavras elitistas ou arrogantes. Combater esse tipo de preconceito tem sido uma batalha travada por historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, folcloristas, agentes culturais, dentre outros estudiosos contemporâneos. A percepção atual acerca da legitimidade da luta sertaneja e sobre a riqueza cultural daquelas populações traz contornos positivos à memória e à identidade dos homens e mulheres, moradores atuais do ex território Contestado.

Com todas as arbitrariedades sofridas, não apenas no campo de batalha, mas também no campo simbólico, não causa estranheza que por muitas décadas o Contestado tenha sido um assunto tabu no próprio local que em que ocorreu. Logo após a destruição do reduto de Santa Maria, que geralmente assinala o final do movimento, houve na região aquilo que o pesquisador Maurício Vinhas de Queiroz chamou de “fase do açougue”. A expressão é autoexplicativa, e designa um momento em que a maior parte das forças militares se retirou, deixando a cargo de alguns piquetes o trabalho de “limpeza”, quando parte dos rebeldes restantes foram caçados e assassinados impiedosamente. Era necessário, então, para própria sobrevivência física, não falar sobre a Guerra, esconder-se, negar proximidades. Soma-se a isso toda a carga representada pelo uso de termos e expressões que analisamos mais acima: fanáticos, bandidos, jagunços... Esse

processo, em conjunto, causou um retraimento das memórias, das narrativas sobre as vivências, da fala sobre o trauma causado pela Guerra. Tudo isso deveria, forçosamente, ser reprimido no campo do pensamento. E assim viu-se o silenciamento do caboclo, a violência simbólica, o represamento das experiências vividas, a impossibilidade de falar sobre o passado. Mas essas memórias estavam lá, e calavam fundo. Em grupos íntimos, familiares, esse lembrar era possível, senão necessário. Em público, porém, jamais se assumir “jagunço”, não relembrar as cidades santas, nem a experiência de vida igualitária e comunitária.

Por décadas persistiu esse silenciamento na região. Aos poucos, porém, diferentes tipos de ações foram alterando esse quadro. Pesquisadores e estudiosos, interessados em historiar o período da Guerra, começaram a percorrer tais espaços. Além dos documentos escritos, buscavam os testemunhos orais, as falas, memórias e lembranças dos remanescentes do movimento, ou de seus descendentes. A esse interesse o caboclo respondeu ressabiado, por vezes preocupado. Afinal, não poderia ser esse pesquisador um sucedâneo daqueles que o alcunhavam bandido? Não seria também um representante daquela cultura elitista, preconceituosa, responsável por uma violência física e simbólica de tamanho difícil de ser mensurado?

Certamente esse não foi um processo fácil para os caboclos. Aos poucos, contudo, o interesse vindo de fora da região foi sendo percebido como legítimo, trazendo um lembrar sobre o passado. Em certo sentido, os pesquisadores reafirmavam aos remanescentes do conflito a importância de seu protagonismo durante a Guerra. Reafirmavam seus marcos identitários, desejavam saber sobre as Cidades Santas, se interessavam pelos personagens que lá viveram, valorizavam sua fé no Monge e na natureza. Esse movimento teve início pelas décadas de 1950 e 1960, e continua ativa até os dias de hoje. Se já não temos remanescentes vivos de uma guerra mais que centenária, temos seus descendentes, suas memórias familiares, indiretas mas não menos importantes. E a fé no Santo Monge, essa persiste, e se materializa em cruzeiros, capelas, águas santas, ermidas, cavernas, grutas... Continua a fascinar pesquisadores de variadas áreas de conhecimento, além de artistas, cineastas, dramaturgos, entre muitos outros.

Nesse processo de posituação da memória, o poder público também teve sua importância. Em nível estadual, nas décadas de 1980/1990 o governo catarinense passou a celebrar a riqueza da história contestada. Destacando o protagonismo dos caboclos, símbolo da “luta dos pequenos” frente a injustiças sociais e políticas, o estado estimulou estudos, publicações, vídeos, além da implantação de marcos e placas em locais significativos, tais como espaços onde ocorreram batalhas ou existiram Cidades Santas. Essas ações refletiram uma guinada do discurso oficial. Os homens e mulheres do Contestado passavam de bandidos a heróis, defensores do solo Contestado frente a forças espoliativas. Outra iniciativa importante foi a construção do Parque Temático do Contestado, em Irani, no local em que ocorreu a famosa Batalha. Embora o projeto inicial não tenha sido realizado em sua totalidade, serviu para promover a preservação daquele sítio, criando um local de memória educativo para as novas gerações. Em 2001, a bandeira

do Contestado foi reconhecida oficialmente pelo governo estadual como símbolo regional do Estado de Santa Catarina, podendo ser hasteada em eventos oficiais. No ano seguinte, outra lei instituiu a Semana do Contestado, a ser lembrada anualmente, entre os dias 20 e 27 de outubro.

Outros grupos sociais, mais ou menos na mesma época, também dedicavam atenção ao conflito e o transformavam em referência. Em 1986 a região de Taquaruçu recebeu a Primeira Romaria da Terra em Santa Catarina, ligada a diferentes grupos sociais, tais como as Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais operárias. Diferentes símbolos e referências relacionadas ao Contestado passaram a ser apropriadas por diversos movimentos sociais contemporâneos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Toda essa agitação, de reconstrução identitária, de positivação de memórias e de reposicionamento histórico dos personagens do Contestado não estaria completo se não houvesse um forte movimento interno, nas comunidades, entre as populações descendentes dos caboclos. Não temos aí um processo único ou combinado, mas diferentes processos ocorrendo em várias cidades que compõem hoje a região outrora contestada. E nesse ponto devemos lembrar a ação de homens e mulheres que, cada qual em sua comunidade, fizeram e ainda fazem a diferença ao promover a rememoração acerca do conflito por diferentes vias. São muitas experiências, várias delas ainda em movimento, em locais como Caçador, Lebon Régis, Fraiburgo, Calmon, Matos Costa...

Sendo impossível citar aqui todas esses experimentos e todos os agentes culturais envolvidos, pensamos homenagear a todos e todas na pessoa de um de seus precursores, o falecido folclorista Vicente Telles, um ativista que fez da sanfona sua arma e recompôs a história e a memória sobre o Contestado na região de Irani. Participou da idealização do Parque Temático do Irani, incentivou o ensino escolar e a rememoração através de dramatizações, declamações e música. Encheu os olhos e os corações em sua comunidade. Vemos hoje movimentos variados, cada qual com sua especificidade, mas que buscam, em cada local, objetivos semelhantes: o resgate da identidade cabocla, a positivação dessa identidade, e o repensar sobre as dolorosas memórias acerca da Guerra do Contestado.

Em meio a esse percurso, surge um importante evento, que dialogou não apenas com a produção acadêmica sobre o Contestado, mas também com as iniciativas de resgate cultural acima mencionadas. O Primeiro Congresso Nacional do Contestado, ocorrido em junho de 2019, teve lugar em Caçador e acolheu a comunidade local de maneira inédita.

Este evento foi possível graças ao trabalho comum e em rede, a partir do convite feito pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) para que o Instituto Federal Catarinense (IFC) participasse através de seu projeto de extensão Núcleo de Estudos do Contestado (NEC) da criação, construção e execução da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia onde teria lugar um evento acadêmico abordando a ciência para redução de desigualdades e tendo o Contestado como foco de debate.

Os Institutos Federais no Brasil surgem distribuídos em eixos congruentes às demandas regionais onde são implantados e são apoiados no tripé baseado em ensino,

extensão e pesquisa. Entre os anos de 2007 a 2012, várias unidades do IFSC e do IFC foram implantadas no Contestado Catarinense, em locais como Canoinhas, Videira, Caçador, Fraiburgo, Luzerna, dentre outros. O projeto de extensão NEC tem ações voltadas ao estudo da Guerra do Contestado, com atividades consolidadas desde 2013.

Quando o NEC aceitou arregaçar as mangas e compor a organização, começava a se formar novamente a irmandade no mundo caboclo, nele e a partir dele. Outras instituições, como a comunitária Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) foram chamadas e aceitaram o convite desafiador de trazer pela primeira vez um evento acadêmico deste porte para terras contestadas. Também o NEC ganhou fôlego com a introdução de novos membros externos que ajudaram e ajudam a solidificar aquilo que se lançou como proposta entre as instituições.

Muito se fala do Contestado fora de seu território e a conquista foi trazer pesquisadores importantes, estudantes de todos os níveis para apresentar trabalhos, debater e ouvir e ainda incorporar ao evento acadêmico as comunidades, líderes locais e pessoas envolvidas no resgate da cultura cabocla, na memória do Contestado.

Todos os que já tiveram a rica experiência de estar em meio ao povo caboclo do Contestado sabem sobre o espírito de irmandade e partilha que norteia a vida dessas pessoas. O fazer comunitário é traço fundante da cultura cabocla desde o modo de vida herdado das nações indígenas nativas, aos redutos de resistência durante a Guerra até a formulação e concretização deste Primeiro Congresso Nacional do Contestado, cujo resultado acadêmico podemos atestar nesta publicação, recheada de contribuições as mais diversas.

Foram 23 pesquisadores que produziram resultados, provocações, relatos de ações sobre o tema em mesas temáticas, 79 trabalhos acadêmicos inscritos para avaliação e público de 1200 pessoas circulando pelo congresso. Colaboraram com o mesmo vinte instituições nacionais, além de pesquisador internacional vinculado à ONU.

A presente obra é um dos muitos frutos decorrentes desse memorável encontro. Dos artigos aqui publicados, 15 foram apresentados no congresso, e os demais 6 trabalhos surgem a partir da rede de relações acadêmicas então constituídas ou reforçadas.

Sotaques e gentes de vários rincões se achegaram ao evento, interessadas em nossa história, o que demonstra que o Contestado é maior que nós mesmos... O Contestado vive.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
BANDA CABOCLOS REBELDES: A IDENTIDADE DO CONTESTADO EM CONCERTO	
Eduardo do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.4492003081	
CAPÍTULO 2	9
MEMÓRIA DO COMBATE DE RIO DAS ANTAS: DESCOBRINDO VESTÍGIOS SOBRE A TRINCHEIRA DOS COLONOS	
Márcia Janete Espig	
Gerson Witte	
DOI 10.22533/at.ed.4492003082	
CAPÍTULO 3	21
A GUERRA DO CONTESTADO E A LEI DE TERRAS IMPERIAL: UM ESTUDO DE CASO DA FAZENDA FIGUEIREDO (LAGES, 1855-1917)	
Flávia Paula Darossi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003083	
CAPÍTULO 4	34
CONTENDAS ENTRE CATOLICISMO POPULAR E CATOLICISMO ORTODOXO NO CONTESTADO	
Cleber Duarte Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.4492003084	
CAPÍTULO 5	49
A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA CIDADE DE CAÇADOR	
Andrea Alves Cavalet	
Hillevi Maribel Haymussi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003085	
CAPÍTULO 6	59
DINÂMICA TERRITORIAL NO CONTESTADO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA	
Diane Daniela Gemelli	
Silas Rafael da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.4492003086	
CAPÍTULO 7	69
DEZ ANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA EM CURITIBANOS	
Cristhiane Martins Lima Kreusch	
Renata Marafon	
DOI 10.22533/at.ed.4492003087	
CAPÍTULO 8	81
A CONTRIBUIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE RIO DO PEIXE PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO	
Marcia Garbin	
Mariana Di Domenico	
Bianca De Bortoli	
Amanda Zago	
Juliana Aparecida Biasi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003088	

CAPÍTULO 9	91
COTIDIANO E MOVIMENTO OPERÁRIO EM RIO NEGRINHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA REGIÃO DE FRONTEIRA COM O CONTESTADO - (1919-1982)	
Fernando Henrique de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.4492003089	
CAPÍTULO 10	102
MEMÓRIAS DO CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO	
Gerson Luiz Buczenko	
DOI 10.22533/at.ed.44920030810	
CAPÍTULO 11	109
EXTENSÃO COMO ANIMAÇÃO DE PROCESSOS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA COM O ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-SC	
Cleber José Bosetti Zilma Isabel Peixer Juliana Golin Krammes	
DOI 10.22533/at.ed.44920030811	
CAPÍTULO 12	119
PROPRIEDADES TOMADAS, PROPRIEDADES INCENDIADAS, VIDAS APAGADAS!	
Viviani Poyer	
DOI 10.22533/at.ed.44920030812	
CAPÍTULO 13	130
A RESISTÊNCIA, O SINCRETISMO RELIGIOSO E O PAPEL DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA DO CONTESTADO NAS BENZEDEIRAS DA REGIÃO DO CONTESTADO NO SÉCULO XXI (2000-2018)	
Flávia Rhafaela Pereira Silvio dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.44920030813	
CAPÍTULO 14	142
SÍNTESE VERDE DE NANOPARTÍCULAS DE PRATA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
William Gustavo Sganzerla Ana Letícia Andrade Ferreira Cleonice Gonçalves da Rosa Ana Paula de Lima Veeck Michael Ramos Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.44920030814	
CAPÍTULO 15	156
ENTRE REPETIÇÕES, CONSENSOS E CONTRASENSO: UMA POSSÍVEL TRAJETÓRIA DE JOSÉ MARIA ATRAVÉS DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A GUERRA DO CONTESTADO (? – 1912)	
Gabriel Carvalho Kunrath	
DOI 10.22533/at.ed.44920030815	
CAPÍTULO 16	166
NAS ENTRELINHAS DO PROCESSO JUDICIAL: O ASSALTO AO TREM PAGADOR	
João Felipe Alves de Morais	
DOI 10.22533/at.ed.44920030816	

CAPÍTULO 17	176
TABULEIRO DA ORTOGRAFIA: ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM POR MEIO DE JOGO EDUCATIVO PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	
David Ferreira Severo Bianca Gonçalves Sousa de Moraes Diogo Moreno Pereira Carvalho Marta Ferreira da Silva Severo Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.44920030817	
CAPÍTULO 18	189
GUERRA, FOME E GENOCÍDIO: A SECA DA TAQUARA E O EXÉRCITO NO ENCALÇO DOS CABOCLOS DA REGIÃO DO CONTESTADO (1910-1923)	
Delmir José Valentini	
DOI 10.22533/at.ed.44920030818	
CAPÍTULO 19	213
A CARTOGRAFIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: RIO BRANCO E OS LIMITES ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1889-1895)	
Michel Felipe Moraes Mesalira	
DOI 10.22533/at.ed.44920030819	
CAPÍTULO 20	225
O LEGADO DE UM CONFLITO: A HERANÇA DO CONTESTADO PARA A REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE	
Tatiana Bruna Fabian Tulainy Parisotto	
DOI 10.22533/at.ed.44920030820	
CAPÍTULO 21	236
O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE SÃO JOÃO MARIA EM SÃO MATEUS DO SUL/PR	
Alcimara Aparecida Föetsch Mário Sérgio Deina	
DOI 10.22533/at.ed.44920030821	
CAPÍTULO 22	252
A REVOLTA DO CONTESTADO E O PASSADO QUE NÃO PASSA: NACIONALISMO, ABJEÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	
Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.44920030822	
SOBRE O ORGANIZADOR	262

MEMÓRIA DO COMBATE DE RIO DAS ANTAS: DESCOBRINDO VESTÍGIOS SOBRE A TRINCHEIRA DOS COLONOS

Márcia Janete Espig

(UFPel/Pelotas)

Gerson Witte

(IFSC/Chapecó)

RESUMO: No início do mês de novembro de 1914 ocorreu um ataque dos rebeldes do Contestado à Vila de Rio das Antas, colônia estabelecida na margem esquerda do Rio do Peixe. Esse episódio foi traumático para a memória local e causou a fuga da maior parte dos colonizadores após a morte de parte dos defensores da Vila e de vários caboclos atacantes. Embora mencionado por vários historiadores, esse acontecimento não havia, até aqui, recebido pesquisas específicas. Em nosso trabalho queremos trazer a público um importante achado referente a esse evento histórico. Através da memória de uma família local, foi possível localizar vestígios materiais de uma trincheira construída pelos colonos que participaram da defesa da Vila. A partir disso, desejamos refletir sobre os mecanismos da memória e os novos dados agregados à discussão acerca deste importante episódio.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Contestado; Memória; Combate de Rio das Antas.

No transcorrer da Guerra do Contestado (1912/1916), várias foram as batalhas, ataques e combates que marcaram as diferentes fases do conflito. Muitas delas receberam algum destaque da historiografia, tais como o Combate

do Irani (22 de outubro de 1912), o ataque às estações Calmon e São João, da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (setembro de 1914), o cerco e ataque a Curitibanos (final de setembro de 1914), dentre outros (MACHADO, 2008). Porém as pesquisas históricas pouco trataram de um episódio ocorrido na vila de Rio das Antas, colônia estabelecida na margem esquerda do Rio do Peixe. Tratar da localização desta vila é importante devido à questão de limites entre os estados de Paraná e Santa Catarina, sendo importante também mencionar o contexto de sua criação.

Desde antes do desmembramento da Província do Paraná da Província de São Paulo, em 1853, havia uma disputa territorial sobre o espaço que abrange hoje o oeste e meio oeste catarinense. Destaque-se ainda que o extremo oeste era objeto de disputa entre Brasil e Argentina, só dirimida em 1896 através da arbitragem do presidente estadunidense Grover Cleveland. Esse amplo território passou, portanto, por muitas disputas políticas, que envolviam a vida cotidiana dos moradores de várias formas, tais como registro de terras, pagamento de impostos, carência de infraestrutura, etc.

Embora esse espaço ainda estivesse em disputa no início do século XX, o estado paranaense tratava as terras da margem esquerda como suas, o que gerava protestos por parte dos catarinenses. O direito

catarinense ao território em questão foi reconhecido em sucessivas ocasiões pelo Supremo Tribunal Federal. O estado do Paraná não reconheceu o resultado desfavorável e iniciou forte campanha jornalística e política contra a decisão (CABRAL, 1979, p. 57-58). Contudo foi apenas em 1916, após um acordo de limites mediado pelo presidente Wenceslau Braz, que ambos os estados aceitaram as fronteiras que persistem até hoje. Tal acordo colocou ambas as margens do Rio do Peixe sob domínio de Santa Catarina.

Em 1910, chegou a essa região, conhecida e dita como “Contestada”, a construção da linha Sul da Estrada de Ferro, a São Paulo – Rio Grande (EFSPRG). Projeto acalentado desde o período monárquico, a empresa tivera sua concessão ratificada logo após a proclamação da República. Sua construção prosseguiu lentamente, até ser adquirida por uma grande corporação sediada na América do Norte, a *Brazil Railway Company* (BRC). Essa empresa possuía grande volume de investimentos em nosso país, sobretudo em ferrovias, portos e serviços de bonde (SINGER, 1989).

A construção da linha Sul da EFSPRG percorreu a região Contestada, margeando o Rio do Peixe. O Rio do Peixe assinalava, naquele momento, a separação entre o território disputado pelo Paraná e por Santa Catarina, ficando à leste ou a esquerda as terras consideradas como catarinenses, e à oeste ou à direita, as terras pretendidas pelo Paraná.

Tendo completado a construção da EFSPRG em 17 de dezembro de 1910, no ano seguinte a BRC passou a se dedicar à formação de núcleos coloniais. Havia um decreto de junho de 1907 que obrigava a empresa a colonizar os terrenos marginais à ferrovia, obrigatoriedade que constava da concessão original da EFSPRG (novembro de 1889) e que fora expurgada da concessão em 1891, quando de sua revisão pelo novo regime.

Pela clausula VIII do decreto n. 6.533, de 20 de junho do anno findo, obrigou-se a companhia a promover a colonização das terras marginaes da estrada, o que, sem duvida, será um dos factores mais poderosos para o incremento desta importante via ferrea que atravessa, presentemente, vasta extensão de terras pouco povoadas e quasi incultas, comquanto disponham de riquezas naturaes de bom aproveitamento (MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, 1908, p. 983).

Pretendia-se, com tal ação, promover o desenvolvimento das regiões servidas por estradas de ferro federais e desenvolver o tráfego das mesmas. Os diretores da BRC se dividiram quanto a esse decreto, mas ao final não o contestaram em juízo e a empresa tomou para si essa função.

Nessa conjuntura foram criados núcleos coloniais nas regiões marginais à ferrovia, em locais como Rio das Antas, Herval, Rio Capinzal, Rio do Peixe e Rio Uruguay, todos na margem esquerda do Rio do Peixe e servidos pelo caminho de ferro. As terras pertencentes à BRC em Rio das Antas foram repartidas em 280 lotes. Supõe-se que a colônia tenha sido, nesta primeira fase, majoritariamente formada por descendentes de alemães oriundos do leste catarinense. Os terrenos assim divididos não estavam totalmente desocupados. É possível localizar vários processos judiciais envolvendo usucapião na região e discutindo a posse das terras.

Ainda sem poder precisar a data em que este processo se iniciou, possivelmente tenha sido a partir de 1911 que os colonos começaram a ocupar a vila. A conflagração da zona devido à guerra do Contestado, sobretudo a partir de 1914, passou a preocupar os moradores da vila. No período entre agosto e setembro deste ano os rebeldes incendiaram a região, alcançando o máximo de expansão. É o tempo do “jaguncismo”, na expressão de Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 243 e seguintes), marcado por extrema violência. Após o ataque a São João e Calmon, tropas passaram a guarnecer algumas estações da EFSPRG, inclusive a estação Rio das Antas.

A preocupação dos moradores se concretizou no início de novembro de 1914, quando um grupo de rebeldes, chefiado por Francisco Alonso, se dirigiu para um ataque a Rio das Antas, fato que foi registrado pela historiografia, porém pouco estudado até agora.



Figura 1. Monumento sobre o combate entre os colonos e a tropa de Chico Alonso.

Autor: Gerson Witte. Fonte: Arquivo Pessoal. 2018.

Referenciado em trabalhos de síntese histórica, tais como Luz (1999, p. 227), Tota (1983, p. 62-63) ou Auras (1995, p. 122-123), nos quais aparece apenas mencionado dentro de uma cronologia, o combate de Rio das Antas se ressentiu de maior aprofundamento. Em trabalhos mais recentes e com problemas de pesquisa particulares, a menção ao combate ou à morte de Chico Alonso surge de forma incidental, pois foge dos objetivos particulares de cada estudo. Nessa situação estão os estudos de Machado (2004, p. 276), Espig (2011, p. 357), Tomporoski (2012, p. 79-80) e Poyer (2016, p. 4), dentre outros. A obra que mais aprofundou o assunto foi o clássico de Maurício Vinhas de Queiroz (1966, p. 231 e 232), que utiliza precisamente 40 linhas para tratar do episódio em questão.

Os textos descrevem que os rebeldes teriam mandado avisos sobre o ataque, na expectativa de que os colonos fugissem. Isso ocorrera em Curitiba, onde os homens válidos para a luta deixaram a Vila ao receber o aviso. Porém tal comportamento não se repetiu em Rio das Antas, e, quando do ataque, houve reação armada por parte dos colonos, levando a baixas em ambos os lados.

No episódio ocorreu a morte de Chiquinho Alonso, que teve como uma de suas consequências a ascensão de Adeodato ao posto de comandante geral (MACHADO, 2004, p. 293 e seguintes). Como consequência ainda, ocorreu a fuga da maior parte dos colonos originais, que teriam vendido seus bens e se mudado para outras cidades, da região ou mais distantes. Junto com esta dispersão, também as memórias sobre o conflito se pulverizaram. Ao final do conflito e após a realização do acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina (1916), um novo grupo de colonos, em grande parte de migrantes, descendentes de europeus e imigrantes da Europa, em especial Itália e Alemanha, se estabeleceram na Colônia Rio das Antas e na Colônia Rio Preto (margem direita do Rio do Peixe) a partir da década de 1920. Em geral, estes colonos entraram em contato com a história do confronto na localidade, mas aparentemente os novos moradores não mantiveram as memórias do acontecimento.

Contudo, através de conversas com famílias da outrora vila, hoje cidade, foi possível localizar um descendente de colonos que guarda recordações. O senhor Romeu Hugo Rau, em entrevista realizada em 2019, relatou a esses pesquisadores memórias transmitidas por seu bisavô e avô às gerações posteriores.

Segundo ele, sua família era de origem alemã e seu bisavô, Frederico Rau, se estabeleceu com um pequeno comércio de secos e molhados na estrada que ligava a estação ferroviária de Rio das Antas à Linha Santo Antônio, junto à encruzilhada da estrada que levava para a então vila de Rio Caçador, a cerca de 30 metros de onde foi erigido o monumento do Contestado. A localização desta venda, identificada como uma grande “bodega”, foi confirmada pelo relato de outros antigos moradores do município e pela presença de uma fundação de pedra no local apontado.



Figura 2. Romeu Rau, mostrando os locais da história de sua família.

Autor: Gerson Witte. Fonte: Arquivo Pessoal. 2019.



Figura 3. Romeu Rau identificando o lugar do comércio de seu bisavô.

Autor: Gerson Witte. Fonte: Arquivo Pessoal. 2019.

Auxiliando na pesquisa, também apresentou um lugar em que os moradores teriam sido saqueados por Chiquinho Alonso em sua passagem, local de moradia de uma família identificada como “Fleck”, na estrada que liga Rio das Antas a Caçador pela margem esquerda, aproximadamente a três quilômetros de onde aconteceu o tiroteio. Pelo relato, a família teve seus mantimentos apreendidos e aquilo que não era possível transportar foi jogado ao chão. Também uma rês foi abatida para alimentação. Seu Romeu ressalta que a família ficou aterrorizada com os acontecimentos, mas que não teriam sofrido violência física.

Pelo relato, os moradores souberam do ataque à estação Calmon (setembro de 1914) e receberam o aviso de que também seriam atacados. Sendo assim posicionaram vigias a cavalo ao longo da estrada, que denunciaram a chegada iminente da tropa aos colonos. Vários desses aguardavam junto à venda do senhor Frederico Rau, local por onde teriam que passar. Outra informação apresentada foi que, além dos moradores da Colônia Rio das Antas, participaram desta defesa colonos da localidade de Ipomeia, sito a aproximadamente sete quilômetros de distância, em direção ao atual município de Videira.

A memória familiar registrou o horário de chegada dos sertanejos, onze horas e dez minutos da manhã. Foram recebidos a fogo de fuzil e de outras armas de fogo pelos colonos, que teriam se abrigado em trincheiras. Aparentemente existiam apenas duas armas para grande distância, pertencentes a dois moradores que as teriam trazido da Alemanha quando imigraram. Esse armamento, em conjunto com a organização das defesas e preparativos como a presença de trincheiras no local, levanta a hipótese de que alguns imigrantes tenham participado do exército ou passado por treinamento militar na Europa. Segundo o relato, todos os sertanejos teriam sido abatidos no combate e a única baixa entre os colonos seria a morte de uma menina de aproximadamente dez anos de idade, em circunstâncias que não soube precisar. A morte desta moradora teria sido um fato muito marcante para a comunidade.

Os restos mortais dos rebeldes teriam sido abandonados ao ar livre, e como próximo

ao local existia uma invernada de porcos, o relato familiar destaca que, por muito tempo após o acontecimento, ainda era possível ver os animais arrastando pedaços dos cadáveres pelo local. Seu Romeu confirma o abandono da colônia Rio das Antas pela maior parte de seus moradores, inclusive de sua família, que teria se dirigido para Jaraguá do Sul, SC, que possui atualmente um bairro chamado Rau. Alguns membros da família teriam ainda se refugiado na localidade de Ipomeia, sendo que esses retornaram para Rio das Antas após o fim da guerra.

A história oral deste acontecimento teria sido preservada principalmente pelo filho de Frederico Rau, também chamado de Frederico, que contava na época a idade de 9 anos e que teria recebido a incumbência de avisar sobre o ataque às tropas do exército que estavam na Estação da Estrada de Ferro de Rio das Antas, a aproximadamente um quilômetro e meio da venda da família, com a orientação de não utilizar a estrada e seguir apenas por meio da mata. Recebeu um bacamarte (arma de fogo carregado pelo bocal) para uma possível defesa. Para o seu Romeu, o seu avô foi incumbido de dar o aviso apenas após o tiroteio. Chegando na estação, demorou para conseguir se fazer entender pelos soldados, por saber falar apenas em alemão. Os soldados do Exército não teriam se dirigido ao local para averiguar, permanecendo na estação.



Figura 4. Foto de Frederico Rau, que aos nove anos avisou o exército do combate.

Autor: Romeu Rau. Fonte: Arquivo da Família Rau.

O entrevistado expôs a esses pesquisadores não apenas o local em que se desenvolveu o combate entre rebeldes e colonos, mas também pontuou a existência de uma trincheira, construída na ocasião para a defesa da Vila. Em um local por ele identificado existe uma depressão no solo com aproximadamente oito metros de comprimento por um metro de largura e meio metro de profundidade, em um pequeno platô de um terreno de grande inclinação, a aproximadamente 250 metros do local do monumento do Contestado, local do combate. É ainda possível visualizar onde o solo retirado da vala teria sido utilizado para criar apoio para armas.



Figura 5. Terreno da localização da trincheira (em destaque digital).

Autor: Gerson Witte. Fonte: Arquivo Pessoal. 2018.

O local se encontra em uma propriedade privada, cujo proprietário permitiu a visita, após exposição dos motivos da pesquisa, no final de 2018. A localização exata da trincheira foi dificultada por ter se desenvolvido uma vegetação secundária de gramíneas e arbustos, após décadas servindo como pastagem, porém o seu Romeu, apesar de possuir mais de setenta anos de idade, mostrou impressionante vigor físico ao percorrer várias vezes uma extensa área em meio da vegetação fechada, buscando as marcações de sua memória. Segundo ele, fazia quase vinte anos desde sua última visita às trincheiras. As presenças de um pinheiro e de um pequeno córrego foram decisivas para a identificação do local.



Figura 6. Romeu Rau dentro da trincheira (em destaque digital).

Autor: Gerson Witte. Fonte: Arquivo Pessoal. 2018.

As fotografias não permitem demonstrar, mas existe uma visível depressão no terreno, com aproximadamente cinquenta centímetros de profundidade, oito metros de comprimento por um metro de largura, como um retângulo regular sobre um patamar de um terreno com bastante inclinação. Foi possível observar como a terra retirada foi colocada para o lado da estrada de onde veio a tropa de sertanejos. Daquele local não era possível vislumbrar o local do combate, devido aos arbustos que cobriam a linha de visão, mas a poucos metros de distância, com vegetação mais baixa, foi possível ter uma visão situacional de todo o terreno abaixo, inclusive do local identificado como o comércio da família Rau.

O entrevistado relatou ainda a utilização de arame farpado na proteção da trincheira e que o grupo de sertanejos, ao identificar de onde partiam os disparos, tentou um avanço a cavalo, montando de forma a se proteger pelo corpo do animal, mas que o terreno muito íngreme e com obstáculos naturais retardou a subida e permitiu que fossem alvejados. Mesmo assim, um dos rebeldes teria conseguido chegar aos colonos, que o atingiram com um disparo a queima-roupa. O rebelde teria caído morto, no interior da trincheira.



Figura 7. O local do combate pela perspectiva da trincheira.

Autor: Gerson Witte. Fonte: Arquivo Pessoal. 2018.



Figura 8. Reconstituição artística do combate na trincheira. Desenho em Nanquim sobre Papel Vegetal.

Autor: Gerson Witte. Fonte: Arquivo Pessoal. 2019.

Para refletirmos sobre tal descoberta, o aparato teórico utilizado abrangeu o estudo sobre memória e a metodologia da história oral. A memória, conforme Michel Pollak (1992) possui características de espontaneidade e de seletividade. As memórias traumáticas, em especial, são trabalhadas no intuito de guardar o que o inconsciente e o consciente têm condições de reter, visto serem muito dolorosas. Além disso, devemos levar em conta a característica desse entrevistado em específico, que nos apresenta recordações passadas de geração a geração e que busca, mesmo que de forma inconsciente, transmitir algumas noções positivadas da colônia alemã de outrora.

Metodologicamente, seguimos as considerações de Paul Thompson (1992) em seu clássico estudo, ao pensar a entrevista e a abordagem do entrevistado. Aspectos como o preparo de um roteiro, o contato prévio com o entrevistado, bem como o respeito e cuidado na condução da entrevista, foram valiosos ensinamentos utilizados a partir da leitura de Thompson. Lançamos mão ainda dos importantes trabalhos de Verena Alberti (2004) e Marieta Ferreira em parceria com Janaína Amado (1996) a fim de melhor embasar nossos procedimentos e práticas.

Outro vetor teórico metodológico fundamental para pensar esse estudo é a micro história. Corrente teórica de origem italiana, a micro história preocupa-se em estudar os fenômenos sociais através de um recorte que proporcione a variação da escala de análise. Ginzburg (2007), Levi (1992) e Revel (1998) nos apontam que a escolha de uma escala de observação microscópica pode modificar a trama e a forma de um fenômeno. Traria, de acordo com Ginzburg, a possibilidade de transformar em pesquisa relevante algo que, para outros estudiosos, restringe-se a uma mera nota de rodapé. Em suas palavras,

Reduzir a escala de observação queria dizer transformar num livro aquilo que, para outro estudioso, poderia ter sido uma simples nota de rodapé numa hipotética monografia sobre a Reforma protestante no Friul (GINZBURG, 2007, p. 264).

A redução da escala de observação qualifica-se como um procedimento metodológico útil, a fim de se atingir a riqueza de um tema e desvendar aspectos que de outra forma não seriam alcançados. Assim, partir de um objeto de talhe limitado e recortado ao extremo no interior de uma temática mais ampla, como é o caso do combate de Rio das Antas em relação ao movimento do Contestado, vem proporcionar o iluminamento de aspectos tais como o destaque aos sujeitos históricos, a relação destes entre si, os processos de ocupação da terra e, no caso que aqui analisamos, como esses sujeitos implementaram a defesa da Vila quando do ataque rebelde. Busca-se, com isso, uma “[...] reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia [...]” (GINZBURG, 1991, p. 177 - 178).

As descobertas proporcionadas pela entrevista realizada com o senhor Romeu Rau permitiram a indicação não apenas do local em que se desenvolveu o combate entre rebeldes e colonos, mas também pontuou a existência de uma trincheira, construída na ocasião para a defesa da Vila. Esta informação é uma tradição oral da família Rau e parece não fazer parte do imaginário cultural do município, no geral formada por descendentes da segunda leva de imigração, que aconteceu na década de 1920. Aliás, a existência de um descendente da primeira geração foi uma grata surpresa, por ser consenso em todas as demais fontes históricas o fato da colônia ter sido abandonada.

Sobre o local apontado como um dos pontos de defesa, os vestígios físicos no relevo se enquadram com a hipótese de uma estrutura compatível com uma trincheira utilizada para combate por arma de fogo de longo alcance. O terreno elevado permitiria uma excelente visão do local onde a tropa de Chico Alonso poderia saquear, por ser o comércio uma fonte de recursos inestimáveis para o prosseguimento da campanha sertaneja, contendo mantimentos e suprimentos diversos, como munição, sal, querosene, etc. Além disso, a trincheira, posicionada na estrada que segue para a Linha Santo Antônio, seria um excelente ponto defensivo caso a tropa de Chiquinho Alonso tivesse se dividido para flanquear o local, além de cortar uma das rotas de fuga. O posicionamento em local elevado também possui outras vantagens, como o aumento da distância de disparo e maior proteção a um contra-ataque, sendo que, a contar pelo relato, teria sido possível deter uma carga de cavalaria de combatentes experientes.

A entrevista levantou outra questão, o fim dado aos restos mortais dos sertanejos abatidos. Seus corpos teriam, segundo o relato, permanecido insepultos e sido entregues aos porcos. Hipóteses levantadas para explicar tal desrespeito aos vencidos seria a fuga dos moradores da colônia Rio das Antas, ou então, ser uma forma de desumanização para servir como “aviso” contra outros possíveis atacantes, mas a semelhança a outros relatos históricos, como os acontecimentos de Canoinhas, em 1915, supõe ter sido uma atitude assustadoramente comum para com a população sertaneja naquele período:

Da cadeia de Canoinhas eram retirados diariamente levas de desgraçados que se tinham apresentado voluntariamente, e entregues a Pedro Ruivo, um celerado vaqueano promovido a herói. Pedro Ruivo conduzia as vítimas para fora da vila e, na primeira curva do caminho, degolava-as. Os cadáveres ficavam insepultos. Os porcos e os corvos tinham fome (O discurso do General, 1915).

Considerando que se passou mais de um século entre o combate e a identificação do local, não podemos afirmar categoricamente ser a trincheira utilizada na defesa da Colônia Rio das Antas, mas muitos indícios apontam para a viabilidade desta hipótese. Futuros estudos poderiam fornecer mais dados para validar esta informação, como uma escavação no local, por exemplo. Porém, a mera permanência de vestígios físicos no relevo e a presença de uma tradição oral familiar demonstram que a Guerra do Contestado deixou marcas muito mais profundas em Rio das Antas do que se acreditava até então.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. 2a ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A Campanha do Contestado**. 2a ed. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1979.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado**: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908 – 1915). Pelotas, Editora Universitária/UFPel, 2011.

FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína. (coord.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEVI, Giovanni. (1991) Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133 - 161.

LUZ, Aujor Ávila da. **Os fanáticos**: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos (contribuição para o estudo da antropossociologia criminal e da história do movimento dos fanáticos em Santa Catarina). Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A invasão de Curitiba: retratos de uma “guerra fraterna”? In: ESPIG, Márcia; MACHADO, Paulo (org.). **A Guerra Santa revisitada**: novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008. p. 73 - 89.

MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato**: José Fabrício das Neves e o Combate do Irani. Florianópolis: Insular, 2007.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon Du Pin e Almeida no ano de 1908**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

O DISCURSO do General. **O Estado**, Florianópolis, SC, ano 01, n. 04, p. 01, 18 mai. 1915.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200 - 212.

POYER, Viviani. Fronteiras de uma guerra: diplomacia e relações internacionais no movimento do Contestado. In: **XVI Encontro Estadual de História da ANPUH - SC - História e Movimentos Sociais**. Chapecó: UFFS - ANPUH-SC, 2016. p. 1 - 13.

RAU, Romeu. [mar. 2019]. Entrevistadores: Márcia Espig e Gerson Witte. Rio das Antas, SC, 17 mar. 2019.

REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escala**: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional - 1889-1930. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. 5a ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989. tomo III, v. 1.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Do antes ao depois: A influência da Lumber Company para a deflagração do Movimento Sertanejo do Contestado e seu impacto na região fronteira entre Paraná e Santa Catarina. In: **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 19, n. 28, p. 68 - 87, dez. 2012.

TOTA, Antônio Pedro. **Contestado**: a guerra do novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado** – História Oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VIANNA, Celso. **A batalha do Irani**: o diabo na rua, no meio do redemoinho. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social** (a guerra sertaneja do Contestado - 1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 